



CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

“CMPCD”

FRANCA

Aos dezoito dias do mês de Fevereiro, às 09 horas, na sede da SEDAS - Secretaria Municipal de Ação Social, reuniram-se os Conselheiros do Conselho Municipal da Pessoa Com Deficiência – CMPCD, para a décima reunião ordinária no mês de Fevereiro de 2014. Dando início à reunião, a 1ª Secretária Sandra fez a verificação de quorum e justificaram as ausências nesta reunião, via ligação telefônica e/ou email os conselheiros Regina, Daniela e Vera. Foram apresentados os convidados presentes: às mães com filhos com autismo e síndrome de down. Segundo a mãe Daniela esta tomou conhecimento das reuniões do conselho pela Ana Estela, pedagoga da Sala de Recurso Multifuncional da EMEB Frei Lauro e também pela Karla conselheira, que socializou a data da reunião no Facebook e a Estela assistente social em parceria com a APADA. Foi realizada a leitura da ata da reunião anterior. Foi feita a leitura da pauta e acrescentado nos informes o Evento promovido pelo SESC – Bienal Naifs do Brasil 2014. A Karla conselheira esclareceu que as mães presentes compareceram na reunião, pois teríamos a presença do Sr. Humberto Mazza, secretário da Secretaria de Administração e Recursos Humanos a fim de posicionar a questão dos monitores que auxilia e acompanha os deficientes na escola regular. O conselho colocou a importância da participação dessas mães nesse colegiado. As mães se posicionaram sobre as dificuldades que encontram para que as necessidades desses deficientes sejam atendidas em relação aos atendimentos que é interrompido quando a criança sai da APAE e é inserida/incluída na escola regular. Segundo as mães, estas já enviaram ofícios, já foram na ouvidoria na Prefeitura e mesmo assim não foram atendidas, as escolas atendem de acordo com suas possibilidades. As mães trouxeram muitas angústias, o sofrimento pela falta dos atendimentos não acontecer de maneira sistemática, específica e com regularidade e a morosidade dos órgãos públicos em atender esse público alvo. Na sequência foi justificada a ausência do Sr. Humberto Mazza para esclarecimentos sobre a demanda dos casos de inclusão e aspectos ligados a esse processo inclusivo. Foi encaminhado outro ofício solicitando a presença do secretário para a próxima reunião. Comentou-se a dificuldade em conseguir os atendimentos pela Secretaria de Saúde. Segundo a conselheira Viviane, a APAE não consegue atender as crianças com demanda da própria instituição mais os atendimentos das crianças que foram incluídas na escola regular, pois essas crianças necessitam de atendimentos permanentes. Foi mencionado por uma das mães o avanço que houve na Rede Municipal em relação aos aspectos das várias deficiências. Essa reunião proporcionou muitas discussões, esclarecimentos sobre demandas e levantamento de possibilidades para atender melhor as Pessoas com deficiências. Evidenciou a necessidade e a importância de um trabalho em Rede. Foi sugerida pela

40 secretária executiva Mariângela dois encaminhamentos: o primeiro uma audiência
41 pública com a Mara Gabrile para esclarecimentos e os avanços conquistados, nos
42 direitos da pessoa com deficiência e o segundo a articulação das secretarias de
43 Educação, Saúde e Administração e Recursos Humanos, uma ação conjunta e mais
44 integrada para discussão das questões pertinentes a cada secretaria. O presidente do
45 conselho Fernando e a vice-presidente Viviane participaram da Audiência Pública em
46 São Paulo cujo objetivo era a discussão dos direitos da pessoa com deficiência. A
47 secretária executiva Mariângela esclareceu e justificou a ida dos conselheiros e porque
48 o conselho não foi consultado, colocou que o convite chegou em cima da hora. Os
49 conselheiros perceberam que as dificuldades são comuns nos outros municípios
50 também. Com relação ao transporte adaptado, o Dr. Hélio orientou que poderia
51 colocar a questão da mobilidade altamente reduzida, mas não valeria de nada, pois no
52 edital de contratação dos serviços constam usuários de cadeira de rodas, havendo a
53 necessidade de ponderar até que ponto compromete o atendimento. Outra questão
54 que ele trouxe foi à necessidade de reportar ao TAC – Termo de Ajuste e Conduta para
55 análise de como estaria definido. O TAC foi feito através de uma ação cível, um acordo
56 entre a empresa São José e a Prefeitura sobre as vans adaptadas. A comissão sentará
57 novamente para discussão e adequação desses pontos evidenciados no TAC. A 1ª
58 secretaria fez a leitura do convite recebido sobre o Projeto Todos pelos Direitos –
59 Deficiência Intelectual, Cidadania e Combate a Violência, foi contextualizado como
60 iniciou o projeto cujo objetivo é a luta contra violação de direitos da criança e do
61 adolescente, mobilização social e trabalho em Rede, que será realizada na
62 APAE/Franca. A conselheira Viviane socializou que em São Paulo já existe a 1ª
63 Delegacia da Pessoa Com Deficiência para preservação dos direitos da pessoa com
64 deficiência intelectual. Foi mencionada a falta de ônibus acessível nas linhas
65 intermunicipais e interestaduais. Socializou que há na OAB uma comissão para
66 atendimento ao idoso acompanhado pela Marisete. O conselho pensou na
67 possibilidade de agendar uma reunião para discussão nesse Colegiado. Houve uma
68 discussão interessante acerca do dinheiro do fundo do Conselho da Pessoa com
69 Deficiência e sua aplicação, a discussão irá ser retomada novamente. A reunião foi
70 finalizada com a leitura dos informes. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi
71 encerrada e a ata, por mim Sandra Cristina Calandria Pedigone, lavrada e segue
72 assinada por mim e demais presentes. Franca, 18 fevereiro de 2014.